



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
FERNANDA MELCHIONNA
PSOL-RS**

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.841, DE 2020

Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a responsabilidade dos agentes públicos no enfrentamento da pandemia da covid-19 (coronavírus).

Autores: Deputados LUIZA ERUNDINA E IVAN VALENTE

Relatora: Deputada FERNANDA MELCHIONNA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.841, de 2020, de autoria dos Deputados LUIZA ERUNDINA E IVAN VALENTE, altera a Lei nº 13.979, de 2020, para dispor sobre a responsabilidade dos agentes públicos no enfrentamento da pandemia da Covid-19 (coronavírus).

Segundo os autores, em homenagem à segurança jurídica, e visando proteger a saúde coletiva, o objetivo do PL é “*explicitar situações e eventos que orientem a atuação da Administração, e que, se por acaso desobedecidas, caracterizarão práticas de ilícitos, administrativo e civil, relacionados ao combate à pandemia da Covid-19 (Coronavírus)*”.

Esta proposição encontra-se sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões (art. 24, II, do RICD), sob regime ordinário de tramitação.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
FERNANDA MELCHIONNA
PSOL-RS

II - VOTO DA RELATORA

A Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Desse comando constitucional, especialmente diante do grave quadro atualmente vivenciado em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus, decorre a necessidade de o poder público, em unidade de propósitos, implementar as medidas necessárias ao combate desse inimigo que já causou tantas mortes e lutos.

A justificação do Projeto ressalta que *“existe uma completa desarticulação de ações produzidas pela cúpula do Poder Executivo da União no combate à crise sanitária da Covid-19 (coronavírus), com graves reflexos econômicos e sociais para o Brasil. Logo, este Projeto de Lei indica hipóteses em que o descumprimento ou o desacordo configuram práticas ilícitas, justamente porque significam erros administrativos e de gestão pública ao ignorar normas e orientações da OMS (Organização Mundial da Saúde) e de Saúde pública”*.

Nesse lineamento, entendemos meritórias as disposições do Projeto de Lei, na medida em que os seus termos homenageiam a proteção da saúde coletiva ao estabelecer a possibilidade de responsabilização dos agentes públicos que atuarem em desacordo com as práticas estabelecidas pelas autoridades sanitárias competentes, em desfavor do direito à vida.

Ora, diante de tantas mortes e lutos, não se deve admitir que interesses secundários se sobreponham à necessidade de atuação conjunta no combate a essa grave pandemia.

Assim, julgamos meritórias, oportunas e relevantes as disposições do PL ora relatado, no entanto, visando aperfeiçoar a técnica legislativa em consonância com a Lei Complementar nº 95, de 1998, apresentamos um substitutivo, conforme texto anexo, no qual as condutas e medidas esperadas dos agentes públicos no combate à pandemia são





CÂMARA DOS DEPUTADOS
FERNANDA MELCHIONNA
PSOL-RS

transformadas em objetivos, em relação aos quais, o descumprimento poderá ser apenado civil e administrativamente, sem prejuízo de ação penal cabível.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.841, de 2020, na forma do substituto anexo.

Sala da Comissão, em 26 de Maio de 2021.

Deputada FERNANDA MELCHIONNA
Relatora



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218714313100>





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
FERNANDA MELCHIONNA
PSOL-RS**

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI 3.841, DE 2020

Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a responsabilidade dos agentes públicos no enfrentamento da pandemia da covid-19 (coronavírus).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º e 5º:

“Art. 1º

.....

§ 4º As medidas de que trata o caput deste artigo serão adotadas em consonância com os seguintes objetivos:

I - apoiar as medidas de enfrentamento da pandemia da Covid-19, no que se refere ao planejamento, operacionalização e avaliação;

II - fortalecer as ações relativas ao enfrentamento da pandemia da Covid-19 junto às secretarias de saúde dos estados, municípios e do Distrito Federal;

III - prevenir e controlar a disseminação do vírus da Covid-19, por meio de ações de organização, prevenção e controle de infecção e transmissão;

IV - prover a população e os profissionais de saúde com informações relevantes sobre a evolução da pandemia da Covid-19 e as medidas relativas ao seu enfrentamento;

V - fortalecer a atenção à saúde, incluindo ações e serviços de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação aos pacientes da Covid-19;

VI - reduzir a morbimortalidade por Covid-19;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
FERNANDA MELCHIONNA
PSOL-RS

VII - reduzir a disseminação do vírus (coronavírus) potencialmente pandêmico e a sua morbimortalidade;

VIII - manter a vigilância ativa, com permanente análise da situação de saúde da população, articuladas em um conjunto de ações que se destinam a controlar determinantes de riscos e danos à saúde;

IX - aprimorar e fortalecer o processo de produção e de gestão de informações estratégicas relativas ao enfrentamento da pandemia da Covid-19;

X - fortalecer a organização e a infraestrutura do Sistema Único de Saúde e dos demais níveis de resposta para o enfrentamento de situações de emergência de saúde pública da Covid-19;

XI - retardar e evitar a disseminação da cepa pandêmica do coronavírus;

XII - reduzir os efeitos da disseminação da cepa pandêmica do coronavírus sobre a morbimortalidade.

§ 5º Constitui infração passível de responsabilização civil e disciplinar a atuação dos agentes públicos com violação dos objetivos de que trata o § 4º deste artigo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 26 de Maio de 2021.

Deputada FERNANDA MELCHIONNA
Relatora



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218714313100>

